FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01/2024

PROCESSO: 00193-00002108/2023-85 PARTES: FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL como CONTRATANTE e a empresa CONSELHO CULTURAL THOMAS JEFFERSON, inscrito no CNPJ sob o nº 00.114.090/0001-41, como CONTRATADA. DO OBJETO: contratação de instituição especializada no ensino da língua inglesa, visando a capacitação de 30 servidores da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, consoante específica o Termo de Referência (132329391) e a Proposta (132340247). VALOR: R\$ 147.816,00 (cento e quarenta e sete mil oitocentos e dezesseis reais) e correrá à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente previsto em Lei Orçamentária Anual. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: UO: 40.201; PROGRAMA DE TRABALHO: 19.128.8207.4088.0077, FONTE DE RECURSO: 100; EMPENHO 2024NE00066, DATADO DE: 06/02/2024, VALOR DO EMPENHO: R\$ 147.816,00 (cento e quarenta e sete mil oitocentos e dezesseis reais). DO PRAZO VIGÊNCIA: 5 anos. DA ASSINATURA: 08/02/2024. DOS SIGNATÁRIOS: Pela FAPDF: MARCO ANTÔNIO COSTA JÚNIOR, Diretor-Presidente e pela CONTRATADA: PAULA PACHECO COSTA REIS, Representante legal.

SUPERINTENDÊNCIA CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E DE INOVAÇÃO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE OUTORGA E ACEITAÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO PROJETO

Nº 524/2021 - EDITAL Nº 03/2021

DEMANDA INDUZIDA

Processo nº 00193-00001059/2021-00. PARTES: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal-FAP/DF, como outorgante representada por RENATA DE CASTRO VIANNA e MAURO FRANCISCO PINHEIRO DA SILVA, como outorgado. OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Termo de Outorga e Aceitação de Apoio Financeiro ao Projeto nº 524/2021, por mais 6 (seis) meses, contados a partir de 09/02/2024, sem a possibilidade de novo repasse financeiro, tendo em vista que este já ocorreu em sua totalidade. DAS RATIFICAÇÕES: continuam inalteradas as demais cláusulas e condições constantes no Termo de Outorga e Aceitação de Apoio Financeiro originário.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 12/2023

Processo SEI-GDF nº 00431-00008786/2023-92. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDES/DF, torna público aos interessados da abertura do certame em epígrafe, cujo objeto é a contratação tem por objeto o Registro de Preços para a contratação de empresa especializada para a prestação do serviço continuado de alimentação e nutrição (café da manhã, almoço e jantar), sem dedicação exclusiva, para gestão dos Restaurantes Comunitários do DF, localizados nas Regiões Administrativas de SAMAMBAIA/PORTELINHA e de VARJÃO, a partir do preparo, fornecimento e distribuição de refeições para atender as demandas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. Valor estimado em R\$ 33.428.880,00 (trinta e três milhões, quatrocentos e vinte e oito mil e oitocentos e oitenta reais). Tipo: Menor Preço. Data limite para recebimento das propostas: Dia 28/02/2024 às 10:00 horas (horário de Brasília/DF). Cópia do Edital se encontra no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br e em www.sedes.df.gov.br. UASG: 450858. Informações: (61) 3773-7150.

ISANA BORGES LEAL TEIXEIRA

Pregoeira

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA - EIV

TERMO DE COMPROMISSO nº 02/2024 celebrado entre o Distrito Federal e a Compromissária que subscreve o presente, visando a implementação das medidas mitigadoras e de impactos causados pelo empreendimento Praça Capital, localizado no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), Trecho 01, Lotes 630 a 780, na Região Administrativa do SIA - RA XXIX, no âmbito do Processo SEI GDF nº 00390-00007593/2017-27.

O DISTRITO FEDERAL, doravante denominado COMPROMITENTE, pessoa jurídica de direito público interno, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEDUH, com sede no Setor Comercial Norte - SCN, Quadra 01, Bloco A - Edifício Number One - Asa Norte, Plano Piloto (RA-I), neste ato, representado pelo Sr. Secretário de Estado Marcelo Vaz Meira da Silva, portador da Cédula de Identidade nº 2.***.521 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 001.***.***-11, brasileiro, advogado, casado, com endereço profissional na sede da Secretaria, e, de outro lado, doravante denominada COMPROMISSÁRIA, pessoa jurídica de direito privado denominada SIA OFFICES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A, constituída sob a forma do seu estatuto social (113163410), com sede no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) Trecho 02, Lote 630, Parte 16, Zona Industrial - Região Administrativa do SIA (RA XXIX), Distrito Federal - DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.688.487/0001-14, responsável pelo empreendimento Praça Capital, representada no presente instrumento, sob os termos das atribuições outorgadas pela procuração expedida pelo 2º Tabelião de Notas e Protestos de Brasília, DF, Prot. 457479, Livro 3573-P, Folha 083 (119041335), pela Sra. Vanessa Lima Brito Morais, brasileira, engenheira civil, em união estável, portadora da cédula de identidade RG nº 2.***.946 SSP/DF e inscrita no CPF/MF sob o nº 000.***.***-55 (113057613), com endereço comercial na sede da empresa, celebram, neste ato, TERMO DE COMPROMISSO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1. O TERMO DE COMPROMISSO ora firmado tem como objeto a fixação das responsabilidades e obrigações da Compromissária na execução das medidas mitigadoras e de impactos causados pelo empreendimento Praça Capital, localizado no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), Trecho 01, Lotes 630 a 780, Zona Industrial - Região Administrativa do SIA (RA XXIX), Brasília - DF.

1.2. O presente TERMO DE COMPROMISSO será regido pela Lei Distrital nº 5.022, de 13 de fevereiro de 2013, e seus respectivos regulamentos no âmbito do Distrito Federal, em atendimento ao art. 40 da Lei nº 6.744, de 07 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. As medidas mitigadoras ajustadas e definidas a partir da análise do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV do referido empreendimento constam do Relatório Final (32958167), emitido em 13 de dezembro de 2019, devidamente aprovado pela Comissão Permanente de Análise do EIV - CPA/EIV, em sua 11ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de dezembro de 2019, atualizadas pelo Parecer Técnico nº 53/2022 (91192003), emitido em 15/07/2022, devidamente, corroborado pela Decisão nº 01/2023 da Comissão Permanente de Análise do Estudo de Impacto de Vizinhança - CPA/EIV, durante a sua 42ª Reunião Ordinária, realizada em 03 de fevereiro de 2023.

2.2. Integram o presente TERMO DE COMPROMISSO os autos dos Processos SEI GDF nº 00390-00009500/2019-61, notadamente o EIV (32681654), o Laudo de Conformidade nº 03/2017 Diren/Detran-DF, de 26/12/2017 (32682768), e os estudos técnicos e decisões chanceladas pela CPA/EIV, tais como Pareceres Técnicos, Relatório Final e Decisões aprovados em Reuniões Ordinárias ou Extraordinárias da CPA/EIV, para fins de obrigações de contrapartida a serem executadas, no aspecto técnico e jurídico.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA

3.1. A Compromissária compromete-se a executar as medidas mitigadoras e de impacto relacionadas no Anexo Único deste TERMO DE COMPROMISSO, conforme previsto nos incisos IV e V do art. 6º da Lei nº 5.022/13, caracterizando a integralidade das obrigações por ela assumidas.

3.2. A execução das medidas mitigadoras e indicadas no item 3.1 deste TERMO DE COMPROMISSO deve atender às especificações pertinentes e normas técnicas vigentes, devendo ser acompanhada e homologada pela concessionária ou empresa responsável pela infraestrutura da respectiva rede ou sistema de serviço público.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ÔNUS DA COMPROMISSÁRIA

- 4.1. A Compromissária compromete-se a arcar com o ônus de implementação das medidas mitigadoras, conforme previsto nos incisos IV e V do art. 6º da Lei nº 5.022/13, observando-se aquelas ainda pendentes de execução, com valor estimado em R\$ 1.700.508,95 (um milhão, setecentos mil, quinhentos e oito reais e noventa e cinco centavos), com atualização monetária mensal pelo Índice Nacional de Custos da Construção calculado pela Fundação Getúlio Vargas - INCC/FGV.
- 4.2. A obrigação quanto ao cumprimento das medidas mitigadoras está estabelecida no cronograma físico-financeiro, constante no Anexo Único deste TERMO DE COMPROMISSO.
- 4.3. Os valores previstos no cronograma físico-financeiro são referenciais, de modo que, para efeito deste TERMO DE COMPROMISSO, a quitação das obrigações assumidas pela Compromissária ocorre mediante a execução integral das medidas mitigadoras.
- 4.3.1. Os valores indicados no cronograma físico-financeiro deste TERMO DE COMPROMISSO são de responsabilidade da Compromissária, nos termos do Decreto nº 43.804/2022.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

- 5.1. Os prazos para elaboração dos projetos e execução e conclusão das obras estão estabelecidos no cronograma físico-financeiro aprovado previamente pela CPA/EIV, e constante no Anexo Único deste TERMO DE COMPROMISSO.
- 5.1.1. Os prazos para elaboração dos projetos de responsabilidade da Compromissária serão contados a partir da emissão da licença de obras do empreendimento, ou a partir da emissão de diretrizes pelo órgão responsável, caso previstas no Anexo Único deste TERMO DE COMPROMISSO.
- 5.1.2. Os prazos para aprovação dos projetos têm início a partir do final do prazo para sua elaboração, com o protocolo de pedido de análise junto ao órgão competente.
- 5.1.3. Os prazos para execução das obras de responsabilidade da Compromissária serão contados a partir da aprovação dos projetos e do licenciamento que compõem o Anexo Único, quando for o caso, pelo Compromitente e seus órgãos competentes, ou a partir da expedição da ordem de serviço para obras de infraestrutura.
- 5.2. Os prazos previstos no cronograma físico-financeiro podem sofrer alterações em casos de inadimplemento por parte do Compromitente ou por motivo de caso fortuito e força maior.
- 5.2.1. Os prazos ficam interrompidos até cumprimento das obrigações do Compromitente e da superação dos motivos de caso fortuito e força maior.
- 5.2.2. Os prazos serão retomados e continuados quando do cumprimento das obrigações do Compromitente e da superação dos motivos de caso fortuito e força maior.
- 5.3. O não cumprimento dos prazos pela Compromissária resultará na incidência das disposições dos artigos 39 ao 43 da Lei Distrital nº 5.022/2013.
- 5.4. A Compromissária não será considerada em mora e, tampouco, inadimplente, em relação às obrigações ora avençadas, na ocorrência de caso fortuito e força maior, dentre as quais, exemplificadamente, mas não exclusivamente:
- 5.4.1. greves parciais ou gerais dos trabalhadores da indústria de construção civil ou de fornecedores de materiais;
- 5.4.2. intempéries e eventos da natureza que impeçam ou dificultem a execução das obras;
- 5.4.3. decisões judiciais que impeçam ou retardem o regular andamento das obras;
- 5.4.4. atuação dos órgãos de controle que impeça ou retarde o regular andamento das obras; e
- 5.4.5. atrasos por parte do Compromitente que gerem atrasos no andamento dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

- 6.1. Como forma de garantir o cumprimento das obrigações assumidas no item 4.1 deste TERMO DE COMPROMISSO, a Compromissária apresentou escritura pública de constituição de hipoteca (125000761), em favor do Distrito Federal, com valor fixado em R\$ 2.308.000,00 (dois milhões, trezentos e oito mil reais), lavrada, em 04/10/2023, pelo 4º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal Brasília, Protocolo 264.381, Livro 1AB, Folha 184F, que oferece como garantias os imóveis caracterizados nas matrículas nº 81.688 (124998532), avaliado em R\$ 818.000,00 (oitocentos e dezoito mil reais) e nº 81.841 (124999069), avaliado em R\$ 1.490.000,00 (um milhão e quatrocentos e noventa reais), ambos localizados no bloco B-3, do empreendimento Praça Capital, no SIA Trecho 1, Lotes 630 a 780, e objetos do laudo de avaliação imobiliária (113020339) de autoria do engenheiro civil Jair Bizerra de Araújo, CREA 2978/D-DF, valor suficiente ao saldo orçado para a conclusão das medidas mitigadoras pendentes de execução, atendendo ao previsto no artigo 32, §3º, da Lei nº 5.022/2013.
- 6.2. Quando do início da execução das obras discriminadas no Anexo Único deste TERMO DE COMPROMISSO, a Compromissária deve apresentar garantia complementar, nos termos previstos no art. 56 da Lei nº 8.666/93, de modo que a soma das garantias corresponda integralidade do orçamento do projeto das medidas mitigadoras de responsabilidade da Compromissária.
- 6.3. Este TERMO DE COMPROMISSO deve ser obrigatoriamente cumprido, especialmente após iniciada qualquer intervenção em área de domínio público, devendo o implemento urbano ser concluído, sob pena de execução das garantias, mesmo que eventualmente haja a desistência do projeto original, com alteração ou redução do volume e do impacto da construção do empreendimento em si, sem direito a ressarcimento pelo Distrito Federal dos custos das obras.
- 6.4. Eventualmente, por opção da Compromissária, a apresentação das garantias reais de obras de que trata o item 6.2 pode implicar na redução da garantia definida no item 6.1, limitada a proporcionalidade de cada medida indicada no Anexo Único, em relação ao valor total discriminado no item 6.1, de forma a resguardar o equilíbrio financeiro do presente termo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES

- 7.1. Em caso de descumprimento de obrigações pela Compromissária, de modo injustificado, o Distrito Federal deverá notificar, no endereço constante do preâmbulo ou, ainda, por meio eletrônico, independente de aviso de recebimento, para que, em prazo certo e determinado, cumpra as medidas com que se comprometeu ou apresente as razões legais que impeçam a adoção da providência reclamada.
- 7.2. Em caso de não cumprimento integral das medidas mitigadoras estabelecidas neste Termo de Compromisso, no prazo estabelecido no cronograma físico-financeiro do Anexo Único, ressalvadas as hipóteses do item 5.4, ensejará a execução da garantia constituída, que passa a compor o presente instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

- 8.1. Encerrado o prazo concedido nos termos do item 7.1 e verificada a persistência no descumprimento de qualquer uma das obrigações a ela imposta nas Cláusulas deste TERMO DE COMPROMISSO, o Distrito Federal poderá executar as garantias previstas na CLÁUSULA SEXTA em seu favor, sem prejuízo do disposto na Lei nº 5.022/2013.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

- 9.1. As questões oriundas deste TERMO DE COMPROMISSO que não possam ser dirimidas administrativamente serão resolvidas em uma das Varas de Fazenda Pública do Distrito Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FORÇA EXECUTIVA DO TÍTULO

- 10.1. O presente TERMO DE COMPROMISSO terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 784, inciso XII do Código de Processo Civil, sendo que, qualquer das obrigações e previsões contidas neste instrumento permite execução específica em desfavor da Compromissária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA QUITAÇÃO

- 11.1. Alterações das medidas mitigadoras no escopo do EIV do empreendimento, que eventualmente impliquem em alterações deste TC, após deliberação e aprovação da CPA/EIV, compõem, sob forma de aditivo, o presente TC.
- 11.1.1. A solicitação de alterações nos casos previstos no presente Termo de Compromisso, bem como em razão da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado ou que gerem desequilíbrio econômico-financeiro, deve ser apreciada e aprovada pela CPA/EIV.
- 11.2. O cumprimento das obrigações constantes das cláusulas terceira e quarta deste TERMO DE COMPROMISSO caracterizará a plena e geral quitação em favor da Compromissária, nada mais podendo delas ser reclamado ou exigido, em Juízo ou fora dele, seja quanto ao TERMO ora celebrado, seja quanto às medidas mitigadoras e relativas aos empreendimentos que representam, conforme indicado no preâmbulo deste TERMO.
- 11.3. A execução das medidas mitigadoras está sujeita à fiscalização de agentes do Governo do Distrito Federal ou empresas concessionárias de serviços públicos.
- 11.4. Cabe à fiscalização avaliar a qualidade dos serviços executados e homologar o recebimento dos serviços, conforme procedimentos específicos.
- 11.5. A CPA/EIV emitirá Declaração de Quitação atestando cumprimento das obrigações deste TERMO DE COMPROMISSO, nos termos do Decreto nº 43.804, de 04 de outubro de 2022, a fim de viabilizar a liberação da garantia definida na Cláusula Sexta.
- 11.6. A emissão da Carta de Habite-se final do empreendimento, conforme regulado pelo art. 66 da Lei 6.138/2018, ocorre após a plena quitação do presente TERMO DE COMPROMISSO, ficando condicionada à declaração dos órgãos competentes de que foram implementadas todas as medidas de prevenção, recuperação, mitigação indicadas no Anexo Único, nos termos do art. 36 da Lei nº 5.022/13.
- 11.7. A implementação do escopo definido neste TERMO DE COMPROMISSO, constitui a única obrigação da Compromissária, independente dos valores efetivamente investidos para a sua execução.

E, por estarem assim justos e de acordo, os partícipes firmam o presente instrumento, devendo ser publicado integralmente pelo Compromitente no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF para que produza os efeitos jurídicos legais.

ANEXO ÚNICO
Cronograma Físico das Medidas Mitigadoras Aprovadas no EIV

Item	Origem da Medida	Medidas Mitigadoras	Elaboração do Projeto		Aprovação do Projeto		Obra	
			Prazo	Responsável	Prazo	Órgão Responsável	Prazo	Valor estimado
1	EIV	<p>Revitalização paisagística na área pública limítrofe ao empreendimento, incluindo: Área para estacionamento de veículos; Calçadas e ciclovia; Área verde, com grama e vegetação; Área destinada a implantação de 01 PEC para ginástica; Área destinada a paraciclo; Espaços para pergolados; Espaço para implementação de 01 quiosque, próximo à parada de ônibus;</p> <p>Também devem ser elaborados e executados, os projetos executivos para a área, a saber: Projeto de iluminação pública da área do Projeto Paisagístico - PSG; Projeto de Drenagem Pluvial e Pavimentação, de acordo com procedimentos da Novacap; Projeto de irrigação da área verde, gramados e vegetação que compõem o Projeto Paisagístico - PSG;</p> <p>Dentro da execução dos projetos supramencionados, também deve-se implementar: Pavimentação da área destinada ao paraciclo (sem equipamentos); Pavimentação da área destinada a 01 PEC para ginástica (sem os equipamentos); Iluminação pública; Sistema de irrigação para conexão com caminhões pipa da Novacap; e Drenagem pluvial.</p>	12 meses	Compromissária	Conforme tramitação no órgão competente	SEDUH/CEB/NOVACAP (conforme competências)	36 meses	RS 1.330.413,72
2	-	<p>Implantação de Infraestrutura Cicloviária interna ao SIA: Elaboração de Projeto de Sistema Viário - SIV, com o respectivo projeto de sinalização viária, e execução da obra para implantação de ciclovia nos seguintes trechos viários internos ao SIA, tendo como base a malha cicloviária proposta pela SEMOB: 1) Trecho 1, entre o semáforo em frente ao Praça Capital e a Via de Acesso 1A, medindo aproximadamente 850m; e 2) Via de Acesso 1A, entre a EPTG e a rotatória da Via IA 4, medindo aproximadamente 1150m.</p>	12 meses	Compromissária	Conforme tramitação no órgão competente	SEDUH/SEMOB	36 meses	RS 370.095,23
3	EIV	Implantação de calçadas para circulação de pedestres.	Já aprovado	Compromissária	Já aprovado	SEDUH	A ser executado durante todo o desenvolvimento da obra	Não se aplica (exigência do COE/FD)
4	EIV	Implantação de paraciclo em ambiente interno e externo ao empreendimento, a fim de atender o Plano de ciclomobilidade.	Já aprovado	Compromissária	Já aprovado	SEDUH	A ser executado durante todo o desenvolvimento da obra	Não se aplica (exigência do COE/FD)
5	EIV	Implantação de sinalização tátil para PNE.	Já aprovado	Compromissária	Já aprovado	SEDUH	A ser executado durante todo o desenvolvimento da obra	Não se aplica (exigência do COE/FD)
6	RIT	Elaboração e implantação de sinalização viária horizontal e vertical nas vias de acesso ao empreendimento.	-	Compromissária	Já aprovado	DER/DETRAN	Já executado conforme Laudo de Conformidade nº 03/2017 Diren/Detran-DF em 26/12/2017 (32682768)	RS 1.037.748,27 (Cronograma Financeiro de Medidas Mitigadoras e Compensatórias - EIV)
7	RIT	Remoção do retorno em frente ao empreendimento.	-	Compromissária	Já aprovado	DER/DETRAN	Já executado conforme Laudo de Conformidade nº 03/2017 Diren/Detran-DF em 26/12/2017 (32682768)	
8	RIT	Implantação de faixa de aceleração na via EPTG.	-	Compromissária	Já aprovado	DER/DETRAN	Já executado conforme Laudo de Conformidade nº 03/2017 Diren/Detran-DF em 26/12/2017 (32682768)	
9	EIV	Controlar os efeitos causados no momento da execução da obra, como: forma de utilização de máquinas e equipamentos, horário de trabalho de obra, sinalização na região externa ao canteiro de obra e área apropriada para o bota-fora.	Não se aplica	Compromissária	Não se aplica	Não se aplica	A ser executado durante todo o desenvolvimento da obra	Não se aplica
10	EIV	Tratamento dos resíduos sólidos.	Não se aplica	Compromissária	Não se aplica	Não se aplica	A ser executado durante todo o desenvolvimento da obra	Não se aplica
11	EIV	Inovações tecnológicas: não geração de resíduos sólidos na obra e criação módulos pré-moldados de banheiros.	Não se aplica	Compromissária	Não se aplica	Não se aplica	A ser executado durante todo o desenvolvimento da obra	Não se aplica

Fonte: EIV, Tabela 15, com ajustes nas medidas 1 e 2 decorrentes do Parecer Técnico 53/2022

Brasília/DF, 08 de fevereiro de 2024

Pelo Compromitente:

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado

Pela Compromissária:

SIA Offices Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 15.***.*****14

VANESSA LIMA BRITO MORAIS

CPF nº 00*.***.***55